

Razão e Mito: Vernant em questão

Rafael Faraco Benthien¹

Introdução

Ao trabalhar com temas relacionados a Grécia clássica, as obras do francês Jean-Pierre Vernant tornam-se uma leitura obrigatória. É inútil procurar algum outro historiador que tenha influenciado tanto os estudos helenísticos nos últimos 50 anos. Sua bagagem teórica, com nomes de peso como Louis Gernet e Ignace Meyerson, permitiu-lhe escapar de perspectivas em voga no começo de sua carreira – o que vale tanto para as análises de cunho marxista, como para os estudos de uma “vertente germânica”² – para, literalmente, reescrever a história do homem grego. Uma história que levasse em conta, principalmente, fatores sociais, psicológicos e simbólicos desta cultura que, segundo Vernant, fez surgir aquilo que se convencionou chamar de civilização ocidental. Reescrever esta história não foi, porém, obra de uma única pessoa. Uma série de helenistas franceses – Marcel Detienne, Pierre Vidal-Naquet e, mais recentemente, Nicole Loraux – têm dividido com Vernant tal responsabilidade.

A partir do momento em que as obras desta escola francesa – se é que é possível assim chamá-la – tornaram-se fundamentais para pensar a Grécia clássica, indispensável também tornou-se discutir estas obras. Daí o título – e o objetivo – deste artigo. No entanto, repensar estas obras não remete necessariamente a uma análise de seus pressupostos teóricos, o que seria impossível sem a retomada dos já citados Gernet e Meyerson. É mais interessante – e menos trabalhoso – procurar entender de que maneira, munidos de tais pressupostos teóricos, estes autores entenderam e sistematizaram a “trajetória do mundo grego”. Duas obras são particularmente importantes para evidenciar o seu intuito: *As Origens do Pensamento Grego*, de Vernant e *Os Mestres da Verdade na Grécia Arcaica*, de Marcel Detienne.

Lançadas respectivamente em 1962 e 68, estes trabalhos trazem as inovações mais radicais na análise da Grécia Antiga. Ambos propuseram uma leitura da história da Grécia como se esta evidenciasse a passagem de um

¹ Graduação - História/UFPR.

² A chamada “vertente germânica”, da qual Vernant radicalmente se afastou, é aquela que comporta grandes nomes como o de Nietzsche e de uma tradição posterior a ele. Trabalhando com uma análise construída sobre uma intensa discussão filosófica, as questões fundamentais desta linha de pesquisa centram-se nas múltiplas experiências com o elemento sagrado, o que confere a ela um caráter mais atemporal.

pensamento mítico, característico de uma sociedade micênica, para uma racionalidade específica da filosofia clássica. Seus trabalhos subseqüentes acabam normalmente relacionados com estes primeiros, mas podem ser lidos de duas maneiras distintas. Na primeira, procurando comprovar os resultados dos trabalhos iniciais através de estudos pormenorizados da sociedade grega e de suas formas de expressão, notadamente a arte trágica – aqui entram basicamente aqueles publicados entre o final da década de 60 e meados dos anos 80. Na Segunda maneira, como uma proposta de relativizar e ampliar os antigos resultados – que seriam basicamente aqueles estudos que já aparecem a partir do final da década de 70.

No decorrer deste artigo, as obras citadas anteriormente serão discutidas na ordem em que aparecem expostas no parágrafo anterior, ou seja, cronologicamente, para que se possa perceber melhor as inovações por elas trazidas, bem como seus limites. Para finalizar esta introdução, é importante não restringir esta discussão apenas a seus interlocutores franceses. Procurou-se aqui expor alguns autores que, afastados da perspectiva de Vernant, dirigiram-lhe certas críticas, tentando assim ampliar os limites deste artigo, mesmo que o preço disto seja deixá-lo em aberto em alguns pontos. O que de certa forma é inevitável, já que o assunto se mostra tão complexo que qualquer tentativa de sistematizá-lo acaba sempre deixando de lado um número significativo de temas.

O declínio do mito: a sistematização das primeiras obras

É no o livro *As Origens do Pensamento Grego*, de J.-P. Vernant, que a proposta de uma sistematização aparece pela primeira vez na historiografia francesa. Proposta que está intimamente relacionada com os mecanismos sociais e psicológicos que permeiam a vida do homem grego e que possibilitam o aparecimento de um tipo de pensamento racional, fruto a confluência de determinados elementos. Para tentar explicar esse processo, Vernant divide seu trabalho em 3 grandes esferas: uma que comporta a sociedade micênica, do seu aparecimento até sua desestruturação; uma outra relacionada com o advento da *Polis* em decorrência de uma crise no período anterior; e, por último, uma que comportaria a crise da própria *Polis*, marcada pelo aparecimento de uma racionalidade, paralelamente ao declínio do mito.

A força desta divisão é tão grande que nenhum trabalho destes historiadores franceses conseguiu, pelo menos até o final da década de 70, quebrar essa sistematização. Praticamente a mesma divisão reaparece com Marcel Detienne alguns anos depois da obra de Vernant. O enfoque, no entanto, é diferente. Em *Os Mestres da Verdade na Grécia Arcaica* o que está em jogo é a relação entre o direito de utilizar a palavra e o vínculo desta com um

determinado tipo de verdade. Novamente, partindo de uma verdade arcaica permeada de mitos e relacionada com a realeza micênica, Detienne chega ao enfraquecimento destas verdades no ambiente da *Polis* e seu esperado desaparecimento, também atribuído à crise desta forma de organização.

Independente de tais proposições terem gerado uma imensa polêmica, como será mostrado no decorrer deste artigo, é indispensável passar por uma explicação mais detalhada das três esferas delimitadas por Vernant e Detienne. Pensando assim, é mais proveitoso começar pela primeira: o universo mítico da sociedade micênica.

De acordo com estes dois historiadores, a chave para o entendimento deste período reside no próprio soberano, como o seguinte trecho mostra claramente:

*“A vida social aparece centralizada em torno do palácio cujo papel é ao mesmo tempo religioso, político, militar, administrativo e econômico. Neste sistema de economia que se denominou palaciana, o rei concentra e unifica em sua pessoa todos os elementos do poder, todos os aspectos da soberania. Por intermédio de escribas, que formam uma classe profissional fixada na tradição, graças a uma hierarquia complexa de dignatários do palácio e de inspetores reais, ele controla e regulamenta minuciosamente todos os setores da vida econômica, todos os domínios da atividade social.”*³

Pode-se dizer, então, que toda sociedade micênica estruturava-se em torno do soberano. Toda verdade emana desta figura, já que ela e aqueles funcionários que a representam detêm também os privilégios da utilização da própria palavra. Normalmente relacionado com a imagem do conquistador estrangeiro, de linhagem divina, este soberano não pertencia a sociedade sobre a qual reinava, mas detinha, em sua relação com ela, certas prerrogativas que lhe forneciam um poder inimaginável hoje⁴.

A situação caracterizada pela presença absoluta do rei e a conseqüente ausência das esferas pública e privada, também é marcada pela presença de uma verdade tão absoluta quanto o soberano. As palavras, através das quais tais verdades são transmitidas, são absolutas porque são ambíguas. Ambíguas, pois fazem da experiência sagrada um caminho que comporta tanto a verdade quanto a mentira. Uma prova disto estaria, segundo a controversa leitura de Marcel Detienne, nas palavras das Musas à Hesíodo, quando estas relacionam sua arte a revelação de uma verdade e também de uma mentira⁵. Filhas de

³ VERNANT, J.-P. *As Origens do Pensamento Grego*. (São Paulo, 1996) pp. 16-17.

⁴ Para uma análise estrutural mais atual de tal tipo de sociedade ver o ensaio de Marshall Sahlins: *O Rei-Estrangeiro; ou Dumézil entre os Fiji*, que está em SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. (Rio de Janeiro, 1998)

⁵ HESÍODO, *Teogonia*. 27-28.

Mnemosýne, a Memória, as Musas atestariam a caráter dúbio de um mundo povoado de Deuses e heróis. Não há aqui chance de se fugir da ambigüidade porque não há lugar para onde fugir. São verdades, revelações, que desconhecem categorias temporais ou espaciais e que são, ao mesmo tempo, verdadeiras e falsas.

Mas como poderia, na sistematização montada pelos dois autores, ruir uma estrutura tão fechada em si mesma? A resposta para esta questão, por certo, não viria da própria sociedade micênica, mas daqueles grupos nômades que, através de seus deslocamentos sobre o que hoje é a Grécia, acabaram por criar uma crise na antiga soberania. São as confrarias de guerreiros que tomam o lugar anteriormente reservado ao soberano. Com suas assembléias, pela primeira vez, aparece algo parecido com o que hoje chamamos espaço público. Um espaço de discussões onde se procurava convencer os ouvintes a respeito de algo referente a toda coletividade. É, em suma, uma das primeiras manifestações daquilo que, potencializado, seria chamado de *Polis*.

Vernant está interessado em atribuir ao universo da *Polis* o enfraquecimento do mito. Essa força é aqui representada pelo poder de persuasão vinculado às palavras, liberadas das ambigüidades míticas. *Peithó*, a divindade relacionada com este poder, se ocuparia agora de transformar a antiga ambigüidade em contradição. O que se procura é uma mais eficiente exploração dos elementos conflitantes dentro de um determinado discurso, dominando-os e utilizando-os com o intuito de convencer os membros da assembléia, que é o corpo político. Há, nas palavras de Detienne, uma substituição da palavra mítico-religiosa por uma palavra-diálogo⁶.

Para ele, o surgimento da palavra-diálogo é a demonstração mais contundente de uma primeira reflexão sobre a linguagem enquanto instrumento, seu desprendimento do universo mítico. É o nascimento de um pensamento que dará origem, segundo estes autores, à sofística e à retórica. Neste contexto, o mito vai esvaziando-se de significados, mas isso não quer dizer em absoluto que ele deixa de existir. Suas ambigüidades são apenas expostas e exploradas. Ele tende a aparecer agora como um instrumento político dentro das assembléias. Em resumo, apela-se para ele quando é conveniente. Fica então evidente, segundo Detienne e Vernant, uma espécie de processo de laicização, que ainda nesta fase instrumentaliza o mito devido ao seu papel na organização da *Polis*.

O que ocorre posteriormente, ou seja, o nascimento da razão, é quase que uma consequência da crise da organização da *Polis*. Os primeiros sinais destas mudanças acompanham as palavras de homens como Tales e Anaximandro, que são apenas alguns exemplos de uma nova "classe" de

⁶ Ver DETIENNE, Marcel. *Os Mestres da Verdade na Grécia Arcaica*. (Rio de Janeiro, , 1988) p. 45-55.

homens: os sábios. Filósofos que, no séc. VI a.C., mergulhados no universo da *Polis*, repensam o universo e a posição dos homens dentro dele. O seguinte trecho de Vernant mostra com mais detalhes a sua visão do que seria esta nova configuração do mundo:

*“Advento da Polis, nascimento da filosofia: entre as duas ordens de fenômenos os vínculos são demasiado estreitos para que o pensamento racional não apareça, em suas origens, solidário das estruturas sociais e mentais próprias da cidade grega. (...) O declínio do mito data do dia em que os primeiros Sábios puseram em discussão a ordem humana, procuraram defini-la em si mesma, traduzi-la em fórmulas acessíveis à sua inteligência, aplicar-lhe a norma do número e da medida.”*⁷

Os autores estão cientes que essa racionalidade liberada não é a mesma razão utilitarista que é liberada pelo resgate que o Iluminismo faz das teorias de Bacon no séc. XVIII⁸. Ela não é trans-histórica e nasce das indagações de uma sociedade específica em uma época específica. Indagações que não tardam a chegar nas próprias bases desta sociedade.

Quando a racionalidade grega chega a questionar o próprio universo onde ela surgiu enquanto uma prática ligada ao político, abre-se um espaço para que o homem grego tenha a sua disposição mais uma possibilidade que não a *doxa* ligada ao caráter de persuasão do espaço público inventado por uma assembléia. Detienne fala da possibilidade de uma escolha entre *Apáthe* e *Alétheia*, isto é, entre o universo da *Polis* e a verdade do filósofo⁹.

Aparece um novo conceito de verdade, diferente daquele apresentado por poetas, reis e sofistas. A verdade não comporta mais dentro de si a mentira, muito menos é pura convenção: ela é uma revelação que é dada a certas homens e que permite-os diferenciar a mentira da verdade, e, conseqüentemente, a aparência da essência. A separação não é, porém tão clara como pode parecer. A filósofo até pode reconhecer nas trevas da *doxa*, da opinião, uma luz diluída. O que ele propõem é um caminho que isole esta luz. Um caminho que rumo para uma revelação que, em um primeiro momento, com os Sábios – os filósofos – adquire um valor quase religioso, mas que depois acaba por diluir essa religiosidade. O que ocorre porque a *alétheia* – que é traduzida usualmente por revelação – do filósofo viria justamente expor os limites do pensamento mítico-religioso, definindo-se, no final do caminho que leva até à revelação, como uma verdade que se contrapõe à falsidade.

⁷ VERNANT, J.-P. Op. cit. p. 94.

⁸ Um ensaio que trabalha especificamente com esta racionalidade liberada pelo Iluminismo pode ser encontrado em ADORNO, T. W. *Sobre o conceito de Iluminismo*. Adorno (Col. Os Pensadores).

⁹ DETIENNE, M. Op. cit. pp. 56-72

A sistematização das primeiras obras termina então com a idéia de uma crise da cidade grega frente a possibilidade da verdade filosófica. Uma escolha que, pelo que se pode perceber do texto dos autores, não tardou a ser reconhecida como racional. Tanto Vernant como Detienne não se aventuram muito nos períodos posteriores desta “trajetória do pensamento grego”, o que acaba por reforçar mais ainda a idéia de um sistema fechado. Curiosamente, o tema da escolha, lançada na obra destes autores, revela muito da própria época em que tal idéia foi formulada. A década de sessenta mostra uma série de literatos, sociólogos e filósofos – como por exemplo Adorno –, que olhavam para sua própria época e colocavam-se opções similares – ou a *doxa*, ou uma racionalidade consciente de seus limites; ou a barbárie, ou o socialismo; entre outras. Além disso, é importante ressaltar que o impacto que essas obras provocaram nos meios acadêmicos foi enorme. Tanto é assim que essa polêmica é levada adiante nos anos 70. Dos vários trabalhos que endossam esse sistema concebido por Vernant e Detienne, apenas duas serão analisadas no próximo item deste artigo: os dois volumes de *Mito e Tragédia na Grécia Antiga* (corpo de artigos publicados, em sua maioria, na década de 70).

O homem trágico: entre o mito e a razão

Tão controversa quanto a trajetória do pensamento grego descrito por Vernant, é a interpretação que este autor dá a arte trágica. Uma controvérsia que não tem nada de casual, já que a leitura da tragédia é inseparável da sistematização das primeiras obras. E, sendo assim, a tragédia é percebida, enquanto forma de sensibilidade característica da Atenas do séc. V. a.C., dentro daquilo que anteriormente foi chamado de processo de laicização. Ou melhor, ela é a expressão máxima deste processo: uma luta entre mito, razão e persuasão.

Na leitura desta escola francesa, a tragédia aponta para um mundo em conflito. Um mundo onde os antigos deuses e heróis são julgados por uma nova noção de direito, que por sua vez, acompanha uma nova consciência de humanidade. O teatro trágico, onde ocorre esse julgamento, é para Vernant um local de *espetáculos*, visto que a experiência mais marcante no universo da arte trágica é a estética. Mesmo sendo apresentadas em ocasiões – festividades – relacionadas com Dioniso, o caráter estético da tragédia sobrepõem-se a outros, diminuindo sensivelmente a idéia de uma experiência religiosa. Pensando assim, não seria um erro dizer, como Vernant o faz, que o teatro é, principalmente, mais um dos possíveis desdobramentos da assembléia típica da *Polis*. As peças representadas aqui testam e discutem tanto os limites da ação humana em suas múltiplas formas: como cidadão, soberano, membro da coletividade representada pelo coro, e assim por diante.

Curiosamente, a tragédia também é palco de uma certa ambigüidade. Mas não se trata da ambigüidade apresentadas anteriormente como uma das características principais do mundo mítico. É uma confusão generalizada de termos, de palavras. Personagens trágicos usam as mesmas palavras, mas as entendem de maneira opostas. O que vale dizer que a ambigüidade dos termos, neste caso, acaba levando ao conflito dentro da tragédia. Vernant analisa detalhadamente isto quando fala de *Édipo-Rei* e *Antígona*¹⁰. Nesta Segunda tragédia, por exemplo, a ambigüidade se manifestaria nas opiniões diametralmente opostas sobre a lei – *nómos* –, que culminaria com a morte de ambos (figurada no caso de Creonte, mas mesmo assim marcante, já que se caracteriza pela destruição de seu círculo familiar, o que o impossibilita de transmitir sua vida e memória às próximas gerações).

Uma das principais mensagens que a tragédia acabaria endossando desta maneira seria assentada justamente nesta confusão generalizada, fruto do limite da comunicação humana. A finalidade trágica seria basicamente vincular essa mensagem, mostrá-la ao cidadão que foi ao espetáculo. Quando a mensagem é compreendida, há o que Vernant chama de uma “transparência” do discurso¹¹. É como se a tragédia atingisse, mediante tal artifício, sua finalidade. E para que ela seja contemplada, é preciso que os personagens trágicos encontrem seus fins trágicos justamente por não compreenderem seus próprios limites, o que o público, em sua vantajosa posição, perceberia mais facilmente.

Há um trecho de Vernant que de certa forma sintetiza o que foi falado antes:

*“Cada herói, fechado no universo que lhe é próprio, da à palavra um sentido e um só. A essa unilateralidade choca-se violentamente uma outra unilateralidade. A ironia trágica consistirá em mostrar como, no decorrer da ação, o herói se encontra literalmente pego na palavra, uma palavra que se volta contra ele, trazendo-lhe a amarga experiência do sentido que ele se obstinava em não reconhecer. (...) Mas o que a mensagem trágica transmite, quando é compreendida, é precisamente que existem, nas falas trocadas entre os homens, zonas de opacidade e incomunicabilidade.”*¹²

Uma reflexão acumulada sobre a comunicação. Uma reflexão que aponta não só para um jogo de palavras, mas para uma procura do lugar do homem no cosmo. Eis, em poucas palavras, o que a leitura de Vernant salienta nesta arte. É bom lembrar que tal leitura não é de todo inocente. Definir a

¹⁰ Ver o ensaio *Ambigüidade e Reviravolta. Sobre a Estrutura Enigmática de Édipo-Rei*. Publicado em VERNANT, J.-P. e VIDAL-NAQUET, P. *Mito e Tragédia na Grécia Antiga I e II*. (São Paulo, 1999) pp. 73-99.

¹¹ Id. Ibid. pp. 7-24.

¹² Id. Ibid. pp. 74-75.

tragédia como reflexão sobre a comunicação que começa a questionar também sobre o lugar do homem é vinculá-la a uma *Polis* já em crise – como foi colocado anteriormente. A tragédia é a evidência máxima de tal crise. Abre-se espaço, no universo trágico, para o surgimento da racionalidade típica dos filósofos clássicos, ou seja, dos socráticos. J.-P. Vernant sugere ainda que a passagem do mito para a razão deve muito à “mola trágica”, já que ela teria impulsionado a cristalização de idéias como ficção – oposta, é claro, à realidade, da mesma forma que a verdade acaba neste contexto também se opondo à mentira. Por mais que todos os gregos não pensassem desta forma, a representação “ao vivo” de certas lendas, possibilitou toda a discussão em torno do conceito de *mimesis* levado à cabo por figuras marcantes do cenário da cidade, aparecendo deste Sólon¹³.

Se toda discussão sobre o universo da tragédia apareceu aqui tentando captar como modificaram-se as polêmicas em cima das primeiras sistematizações dos helenistas franceses em questão, é hora de partir para a última parte deste artigo. O assunto que se segue nasce de uma única pergunta: quais são, em linhas gerais, as críticas feitas a estas obras, e em que pontos houve uma certa relativização das idéias iniciais no decorrer dos anos 80 e 90?

Demarcação e transcendência de limites

Acometidas por uma série de críticas durante toda sua trajetória, a sistematização do mundo grego elaborada por Vernant e Detienne começa no final dos anos 70 a ser retomada com uma maior autocrítica. Mesmo aqueles que ainda sustentavam este esquema inicial tiveram de relativizá-lo. Enumerar algumas das mais importantes críticas é o caminho mais rápido para perceber tal fenômeno.

Uma das críticas mais persistentes, desde o começo dos anos 70, é aquela feita à forçada homogeneização do mundo grego. De fato, os estudos de Vernant tenderam a considerar a Grécia como um conjunto de sociedades suficientemente parecidas – devido a uma tendência pan-helênica – para que possibilitassem um estudado de suas estruturas. Pesquisadores ingleses, em particular, têm se esforçado em mostrar que não. Nomes como W. Burkert e M. West têm investido pesado na idéia de que o mundo chamado grego comporta enormes diferenças regionais e que elas não foram suprimidas ao longo do tempo. Haveria sim diferenças significativas, do ponto de vista religioso, psicológico, social, econômico e político, entre as várias partes da Grécia.

Outra questão, provavelmente a mais importante, diz respeito ao já comentado processo de laicização que supostamente teria ocorrido na Grécia com o advento da *Polis* e da filosofia. Até que ponto, em primeiro lugar, o mito

¹³ Para mais detalhes sobre esta discussão ver Id. Ibid. pp. 211-220.

poderia ser associado a civilização micênica e até que ponto ele foi efetivamente instrumentalizado e destruído? Por certo, aquelas várias tribos nômades que ocasionaram uma crise na soberania micênica também guardavam seus próprios mitos. Somente a criação de uma esfera pública – representadas principalmente por assembleias –, não explica o generalizado enfraquecimento do mito. Não é difícil de perceber que a criação desta nova esfera estabeleceu uma série de novos vínculos com o sagrado. O que se torna realmente difícil de explicar é que essas novas relações tenham acabado com a linguagem mítica.

Reconhecendo o radicalismo das proposições iniciais, muitos destes helenistas franceses estão relativizando-as. O exemplo mais claro deste fenômeno acompanham os mais recentes trabalhos de Marcel Detienne. Em sua obra *Dioniso a Céu Aberto*, publicada na França em 1986, Detienne explora o significado mágico desta divindade sem se preocupar com a questão temporal. Ou seja, tentando, tanto em registros que datam da época do principado romano, como naqueles mergulhados na antigüidade grega, encontrar a lógica mágica vinculada à divindade – o que curiosamente aproxima-o, em seu método e resultado, de Nietzsche¹⁴. Vernant, em um trabalho dedicado à figuração do outro na Grécia Antiga, acaba também por citar no mesmo trabalho, por exemplo, Hesíodo, Platão e Plutarco, ao tentar decifrar (estruturar) o significado de antigas divindades¹⁵. A idéia de uma Grécia unificada em termos “míticos” reaparece aqui, mas acompanhada da reafirmação do mito enquanto um elemento fundamental para entender o homem grego, mesmo depois do discurso platônico. Em um outro livro de Detienne, publicado na França em 1981, *A Invenção da Mitologia*, ele chega a afirmar, com relação aos filósofos que anteriormente eram responsáveis pela derrocada do mito, o seguinte:

*“Na excursão genealógica em que o estatuto da mitologia engaja os problemas da tradição, da memória e da escrita, Platão ocupa posição estratégica.(...) a obra platônica marca o momento em que o saber filosófico, denunciando as narrativas dos antigos como ficções escandalosas, se dispõe a contar seus próprios mitos em um discurso sobre a alma, sobre o nascimento do mundo e sobre a vida no além.”*¹⁶

Tal trecho mostra bem a suavização das antigas sentenças e anuncia uma maior aproximação com uma historiografia alemã até então desprezada por franceses. Começa a desaparecer a linha que dividia mito e razão. Detienne também fornece alguns indícios que caminham neste sentido em seu estudo – elaborado

¹⁴ NIETZSCHE, F. *O Nascimento da Tragédia* (São Paulo, 1999)

¹⁵ VERNANT, J.-P. *A Morte nos Olhos* (Rio de Janeiro, 1988)

¹⁶ DETIENNE, M. *A Invenção da Mitologia*. (Rio de Janeiro, 1998) pp. 151-152. (sublinhado não consta no original).

em 1989 – sobre o cotidiano das divindades no mundo da *Polis*¹⁷. Um exemplo disto pode ser mesmo encontrado no Brasil. Jaa Torrano, professor da Universidade de São Paulo, em um artigo, mostra como a dialética platônica se aproxima da concepção mítica de verdade presente na *Teogonia* de Hesíodo. As musas, segundo esta interpretação, ao declararem ao pastor que poderiam dizer tanto mentiras como verdades, estavam apontando um caminho para chegar a esta verdade, e não, como queriam Vernant e Detienne nos anos 60, que o mito fosse algo que comportasse o verdadeiro e o falso ao mesmo tempo. Ele – o mito – apenas utilizaria da mentira para chegar à verdade¹⁸. A filosofia platônica apresentaria a mesma lógica.

Paul Veyne, de certa forma um descendente da tradição alemã, via Nietzsche, também relativiza bastante as primeiras obras de seus colegas franceses, que ele faz questão de citar. Veyne, ainda que dentro de uma análise polêmica, argumenta no sentido de que não foi a filosofia ou a sofística que enfraqueceram o mito, mas uma percepção linear de tempo que aparece já nos historiadores antigos, notadamente Tucídides¹⁹.

Para terminar este artigo, o único assunto pendente é a arte trágica. Mas a discussão anterior já fornece algumas pistas sobre esse assunto. A primeira pergunta é a seguinte: se a idéia de uma transição para uma racionalidade não-mítica fica abalada, quais são os novos critérios para se pensar a tragédia? Em primeiro lugar a idéia de uma ambigüidade geradora de discursos opostos é, na análise da tragédia, legada a um segundo plano. Discursos antagônicos existem, mas a tragédia se explica também pela sua carga religiosa. Ela – a tragédia – não caminha apenas para uma demonstração dos limites da fala. Mas também no sentido de aplicar, entre os homens, a mesma paz vista entre os deuses. Uma paz que seria melhor entendida como controle revelado, já que também o universo dos deuses é repleto de tensões passíveis de serem contempladas. A tragédia então não se perderia em suas ambigüidades, mas resolver-se-ia lá. Só para citar rapidamente alguns estudos, é interessante ressaltar, entre os historiadores franceses, um trabalho específico de Nicole Loraux: *Maneiras Trágicas de Matar uma Mulher*. Trabalho que mostrou como a presença feminina no universo trágico – também um reflexo da Atenas do séc. V a.C. –, era uma tensão a ser mantida sobre controle, já que era uma potencial fonte de desequilíbrios²⁰. Foucault, apesar de visivelmente mais próximo de uma tradição alemã, interessado nos procedimentos jurídicos dos

¹⁷ SISSA, Giulia e DETIENNE, Marcel. *Os Deuses Gregos*. (Col. A Vida Cotidiana) (São Paulo, 1990)

¹⁸ Para o artigo de Torano ver a revista LETRAS CLÁSSICAS, n. 2, p. 11-26, 1998.

¹⁹ VEYNE, Paul. *Acreditavam os Gregos nos seus Mitos?* (Lisboa, 1987)

²⁰ LORAUX, Nicole. *Maneiras Trágicas de Matar uma Mulher*. (Rio de Janeiro, 1988)

gregos antigos, aponta, mesmo desconsiderando o elemento mítico, para uma solução interna da tragédia enquanto um controle de tensões²¹.

BIBLIOGRAFIA CITADA – LIVROS E ARTIGOS

DETIENNE, Marcel. *Os Mestres da Verdade na Grécia Arcaica*.

Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988 – [1967].

_____. *Dioniso a Céu Aberto*.

Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988 – [1980].

_____. *A Invenção da Mitologia*. (2ª edição)

Brasília: Editora UNB, 1998 – [1980].

FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Publicado nos Cadernos PUC-RJ, Série Letras e Artes 06/74, Caderno nº 16, R.J., 4ª Edição, 1979. pp. 5-133.

LORAU, Nicole. *Maneiras Trágicas de Matar uma Mulher. Imaginário da Grécia Antiga*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988 – [1985].

NIETZSCHE, F. W.. *Obras Incompletas*. (em *Os Pensadores*)

São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. *O Nascimento da Tragédia*.

São Paulo: Cia das Letras, 1999 – [1872].

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*.

Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

SISSA, Giulia e DETIENNE, Marcel. *Os Deuses Gregos*. (Col. *A Vida Cotidiana*). São Paulo: Companhia das Letras, 1990 – [1989].

TORRANO, J. *Mito e Verdade em Hesíodo e Platão*. Letras Clássicas n. 2., 1998, pp.11-26

VERNANT, Jean-Pierre. *As Origens do Pensamento Grego*. (9ª edição)

Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996 – [s.d.]

_____. (org.) *O Homem Grego*.

Lisboa: Editorial Presença, 1994 – [1991].

_____. e VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e Tragédia na Grécia Antiga I e II*

São Paulo: Editora Perspectiva, 1999 – [1981].

VEYNE, Paul. *Acreditavam os Gregos nos seus Mitos?*

Lisboa: Edições 70, 1987 – [1983].

²¹ FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Publicado nos Cadernos PUC-RJ, Série Letras e Artes 06/74, Caderno nº 16, R.J., 4ª Edição, 1979. pp. 5-133